Editorial 129 – Angola entre a reforma e a inércia

Por: Agostinho Mateus

Em Angola, discute-se muito sobre reformas, crescimento económico e futuro sustentável. Contudo, a prática tem mostrado que permanecemos presos a intenções pouco claras, sem um compromisso firme com mudanças estruturais que possam alterar de forma significativa o rumo do país. Três temas fundamentais, frequentemente negligenciados, devem ser encarados com seriedade: a reforma económica do Estado, a taxa de natalidade e o conhecimento. Juntos, eles definem não apenas a capacidade de Angola responder aos desafios actuais, mas sobretudo de construir um futuro mais competitivo e socialmente equilibrado.

A Reforma Económica do Estado

A reforma do Estado não deve ser vista como um conjunto de slogans políticos, mas como um processo concreto de reorganização de prioridades e de gestão eficiente dos recursos públicos. É fundamental começar por medidas simples, mas de grande impacto, como o registo claro da propriedade e a substituição do sistema de licenças por normas de aplicação directa e universal. A burocracia angolana continua a ser um entrave para a actividade económica. Empresas e cidadãos perdem tempo e recursos em processos que, em muitos casos, não têm qualquer racionalidade.

Outro pilar essencial é a aposta consistente em educação, saúde, segurança pública e segurança jurídica. Sem escolas funcionais, hospitais capazes, forças de segurança preparadas e tribunais independentes, não haverá crescimento económico sustentável. Estes não são gastos, mas sim investimentos indispensáveis para qualquer projecto de desenvolvimento.

Acresce ainda a necessidade urgente de reestruturar a gestão das infraestruturas básicas. As estradas em mau estado, a insuficiência no abastecimento de água, a instabilidade do fornecimento de energia elétrica e a falta de saneamento adequado geram custos de contexto elevados. Hoje, famílias e empresas ainda são obrigadas a gastar parte significativa do seu rendimento em soluções improvisadas: cisternas, geradores, manutenção constante de equipamentos desgastados, etc. Estes custos reduzem a competitividade da economia e limitam a capacidade de poupança e de investimento.

Não se pode ignorar que um dos maiores problemas da política pública em Angola é a tentativa de “fazer tudo” sem recursos suficientes. O Estado procura oferecer todos os serviços, mas sem condições para os financiar adequadamente. O resultado é que nada fica garantido, e o desperdício de recursos é inevitável. É preferível definir claramente quais os serviços que podem ser assegurados de acordo com as restrições orçamentais, garantindo a sua execução com qualidade, do que multiplicar promessas que podem nunca sair do papel.

A Questão Demográfica e a Taxa de Natalidade

Curiosamente, um dos temas mais relevantes para o futuro do país continua ausente da agenda política: a taxa de natalidade. Nos próximos anos, Angola verá crescer em milhões o número de pessoas em idade activa. À primeira vista, este fenómeno poderia ser um factor positivo, um "dividendo demográfico". Porém, quando a economia não tem capacidade para absorver esta nova força de trabalho, o que poderia ser uma oportunidade transforma-se num risco real de instabilidade social.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística revelam que, entre 2021 e 2024, a taxa de actividade manteve-se próxima dos 90%, mas com uma leve tendência de declínio. O número é alto e revela uma realidade preocupante: a maioria das pessoas encontra-se ocupada em actividades informais, precárias e mal remuneradas. Com o crescimento populacional previsto até 2027, seriam necessários cerca de 720 mil novos empregos anuais. Ora, é evidente que a economia angolana não tem condições para criar tais postos de trabalho de forma sustentada.

Perante esta realidade, a população continuará a "desenrascar-se", criando os seus próprios empregos informais, sem protecção social, de baixa produtividade e com salários muito reduzidos. As consequências sociais são gravíssimas: crianças em idade escolar que ficam ao cuidado de irmãos mais velhos, abandono precoce da escola, desestruturação familiar e reprodução intergeracional da pobreza. Uma sociedade que forma gerações de jovens sem qualificação, sem produtividade e sem esperança dificilmente conseguirá quebrar o ciclo da miséria.

É preciso enfrentar a questão da natalidade com realismo e coragem. Não basta esperar que a economia se ajuste ao crescimento populacional; é fundamental adoptar políticas activas para reduzir a taxa de natalidade. É claro que esta não é uma tarefa apenas de economistas, mas também de especialistas em saúde pública, sociologia e educação. No entanto, o Estado deve assumir a responsabilidade de garantir, de forma voluntária ou coerciva, que os pais cumpram o seu dever básico: assegurar a alimentação, a educação e a saúde das crianças. Sem responsabilização parental séria, continuaremos a assistir à multiplicação de famílias incapazes de oferecer um futuro digno aos seus filhos.

O Conhecimento como Pilar do Desenvolvimento

Se a reforma económica e a gestão da natalidade são condições de base, o conhecimento é a chave que pode abrir ou fechar as portas do futuro. A qualidade do ensino angolano está claramente abaixo dos padrões de muitos países africanos. O número reduzido de alunos aptos a ingressar no ensino superior e os resultados insatisfatórios dos exames técnicos-profissionais, que vimos até 2024/2025, são sinais claros de que o sistema educativo não está a cumprir a sua função.

É necessário um plano nacional de recuperação da qualidade do ensino, com objectivos concretos, metas anuais e mecanismos de avaliação contínua. Mas mais importante do que acumular diplomas é garantir que cada nível de ensino prepare efectivamente o aluno para o próximo desafio, seja no mercado de trabalho ou na vida académica.

Angola deve apostar numa formação progressiva: na 9.ª classe, o aluno deve estar preparado para funções de ajudante; na 12.ª, para exercer uma profissão intermédia; no ensino superior, deve adquirir competências técnicas e, posteriormente, académicas. Isso implica valorizar formações de curta duração e técnicas, em vez de insistir apenas em licenciaturas generalistas algumas de baixa qualidade.

Outro ponto crucial é garantir autonomia curricular às instituições de ensino superior, evitando a uniformização imposta pelo Estado. As ordens profissionais devem desempenhar um papel activo na definição de currículos, assegurando que as formações correspondem às necessidades reais do mercado.

No campo do financiamento, é necessário permitir que as universidades privadas definam livremente as suas propinas, criando espaço para a melhoria da qualidade. O Estado, por sua vez, deve assegurar bolsas para que os melhores alunos, independentemente da sua condição económica, não abandonem os estudos. Mais vale formar menos graduados, mas com qualidade, do que multiplicar diplomas sem valor no mercado de trabalho.

Conclusão

A reforma do Estado, a natalidade e o conhecimento não são temas isolados. Pelo contrário, estão profundamente interligados. Sem reforma administrativa e infraestrutural, a economia não será competitiva. Sem enfrentar a questão da natalidade, não haverá empregos suficientes para a juventude. Sem educação de qualidade, não haverá produtividade, inovação ou crescimento sustentado.

Angola precisa de escolhas claras e de coragem política. A procrastinação destes debates não é neutra: tem custos sociais e económicos elevadíssimos. O futuro não se constrói com slogans, mas com decisões concretas. E essas decisões são urgentes.

Luanda, 20 de Agosto de 2025